

“Setúbal na Baixa Idade Média: intervenientes e protagonistas da actividade económica num núcleo portuário urbano”

Ana Cláudia Silveira (*)

1. Introdução

Nas imediações da cidade de Setúbal encontra-se actualmente implantada uma das mais movimentadas áreas portuárias existentes em Portugal, a qual constitui um reflexo da crescente importância assumida por este espaço geográfico no contexto regional, graças a uma conjugação de factores diversos que marcaram o seu percurso histórico. Desde logo, a localização privilegiada no amplo e abrigado estuário do Sado, permitiu, quer a abertura aos recursos oceânicos e às potencialidades do transporte marítimo – colocando a urbe e suas comunidades em contacto com diversas outras localidades da fachada atlântica portuguesa e garantindo a sua participação nos circuitos do comércio marítimo internacional -, quer o controlo da navegação numa via fluvial estratégica para a penetração no território localizado a sul de Lisboa, estabelecendo a ligação com importantes rotas terrestres que asseguravam a conexão com os centros de produção cerealífera e mineira do Sul de Portugal. Por outro lado, a abundância e diversidade dos recursos naturais de que usufruía, designadamente a disponibilidade de pescado de reputada qualidade e diversidade, assim como a excelente exposição solar de que beneficiava, contribuíram para a especialização local na produção de bens de primeira necessidade na vida quotidiana do homem medieval: o peixe, o vinho e o sal, produções que, aliás, em muito contribuíram para a prosperidade e a inserção dos mercadores portugueses nas rotas mercantis da Europa medieval.

Associada ao progresso económico deste espaço geográfico parece ter estado igualmente a Ordem Militar de Santiago de Espada, a quem foi confiada a defesa e jurisdição da Península de Setúbal no século XII, no decurso do processo da Reconquista. Assegurando a defesa e a consolidação do povoamento junto à linha do Tejo e garantindo as condições necessárias ao avanço militar empreendido pelos reis portugueses em direcção a territórios situados a sul, a presença da milícia neste território tornou possível a conquista definitiva pelos cristãos, em 1217, do emblemático castelo

muçulmano de Alcácer do Sal (povoado então designado *Al-Qasr al-fath*, isto é, Alcácer da Vitória¹) e a conseqüente reorganização económica e social de um vasto território, no qual a urbe de Alcácer do Sal e o castelo de Palmela constituíam as mais importantes referências.

Posteriormente, as conseqüências do surto de desenvolvimento mais generalizado vivido na Europa desde o século XI, frequentemente associado à revitalização de zonas costeiras com boas condições naturais de acostagem, aliado à estabilização desta região do ponto de vista político e militar, favoreceram a progressiva afirmação de Setúbal face aos principais centros urbanos da região na época de dominação islâmica: o porto interior de Alcácer do Sal e o núcleo fortificado de Palmela. Assim, no final da Idade Média, a vila emergente na foz do Sado já se assumia como o principal porto a nível regional², estatuto que traduzia uma situação de progresso económico que não passou despercebida aos Espatários, como se comprova pela implantação na urbe de importantes estruturas políticas e administrativas do Mestrado de Santiago, de que são exemplo os Paços da Ordem³, o Paço do Trigo ou as lojas da Ordem⁴, localizadas junto ao cais principal na Ribeira da vila, assim como pela estância de um crescente número de oficiais em sua representação, nomeadamente os escrivães que, na Ribeira, procediam ao registo dos direitos tributários pertencentes ao Mestre enquanto governador do Mestrado⁵.

O destaque alcançado no contexto regional tornou-se ainda evidente em 1343, quando o rei Afonso IV lhe delimitou o termo, subtraído aos concelhos vizinhos de Alcácer do Sal e de Palmela⁶. Dotada a partir de então de um alfoz com abundantes recursos naturais e dispondo de um porto activo e de grande importância geoestratégica, podemos questionar-nos relativamente à dinâmica imprimida pela vila sadina ao território circundante, sobre a forma como soube capitalizar as condições que

(*) Doutoranda em História Medieval na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Membro do Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa.

¹ Cf. Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri / Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2000, pp. 39-40.

² Sobre o desenvolvimento portuário no Portugal medieval, consulte-se Amélia Aguiar Andrade, “A estratégia régia em relação aos portos marítimos no Portugal medieval: o caso da fachada atlântica” in *Ciudades y Villas Portuárias del Atlántico en la Edad Media. Najera. Encuentros Internacionales del Medievo: 27-30 de Julio 2004*, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2005, pp. 57-89.

³ Referenciados pelo menos desde 1341: *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, vol. III, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1992, pp. 154-155.

⁴ Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (doravante IAN/TT), *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Livro 37, fl. 29v.

⁵ Idem, Livro 272, fls. 125v-126v.

lhe foram oferecidas e ainda sobre a relação que estabeleceu com os principais núcleos urbanos vizinhos.

Como resultado de todo este processo e da própria evolução do estuário do Sado, veio a constituir-se no litoral sadino um dispositivo portuário que funcionava em articulação com as actividades económicas desenvolvidas localmente, em que se destacam a salicultura, a pesca, a salga de peixe, a vitivinicultura e a construção naval.

Por outro lado, é nossa convicção que a emergência de Setúbal deve ser igualmente associada à proximidade geográfica relativamente a Lisboa, cidade que se vinha afirmando no contexto internacional como importante núcleo mercantil e onde se verificava, ao longo dos séculos XIII e XIV, a progressiva fixação das instituições administrativas centrais⁷, motivando uma crescente valorização da vasta região circundante, que constituía uma importante zona de aprovisionamento e de apoio às actividades, designadamente mercantis e portuárias, desenvolvidas na principal cidade do reino. O primado do porto de Lisboa traduziu-se, aliás, durante muito tempo na dependência fiscal de Setúbal face à cidade do Tejo, que obrigava a que o escoamento das suas principais produções, sobretudo o sal, se fizesse através desse entreposto, passando pela respectiva alfândega⁸. No entanto, a crescente importância económica de Setúbal conduziu à construção de uma alfândega própria, edifício que representava o poder régio na sua dimensão fiscal, o qual marcava assim presença num espaço urbano integrado nos domínios dos Espatários.

O carácter atractivo desta vila portuária medieval e a sua crescente importância no contexto regional, nacional e internacional é confirmado através de uma análise aos membros da oligarquia urbana, na qual se incluem cavaleiros da Ordem Militar de Santiago, assim como elementos destacados do oficialato régio, uns e outros detentores de múltiplos interesses neste espaço geográfico.

Deste modo, o texto que agora se apresenta visa contribuir para um maior esclarecimento acerca dos indivíduos e instituições que detinham interesses económicos

⁶ Idem, *ibidem*, fls. 372-375.

⁷ Aspecto já assinalado por autores como Henrique da Gama Barros, que aponta Lisboa como a principal residência da Corte desde o reinado de Afonso III (*História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2ª ed. dirigida por Torquato de Sousa Soares, Tomo V, Lisboa, 1948, p. 115) e, recentemente, também por Amélia Aguiar Andrade, que se referiu a este aspecto no estudo “O papel da Estremadura na formação e consolidação do Portugal medieval” in *A Construção Medieval do Território*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 113.

⁸ Amélia Andrade e Ana Cláudia Silveira, “Les aires portuaires de la péninsule de Setúbal à la fin du Moyen Âge: l'exemple du port de Setúbal” in *Ports et littoraux de l'Europe atlantique. Transformations naturelles et aménagements humains (XIVe-XVIIe siècles)*, sous la direction de Michel Bochaca and Jean-Luc Sarrazin, Presses Universitaires de Rennes, 2007, pp. 147-165.

em Setúbal na transição da Idade Média para a Idade Moderna, época caracterizada por um grande dinamismo económico decorrente da formação e consolidação de um império ultramarino, e ao modo como se articulam.

Tendo-se perdido o arquivo histórico do município de Setúbal na sequência de um incêndio que devastou o edifício onde este se encontrava depositado, ocorrido no decurso da Revolução republicana de 5 de Outubro de 1910, a análise agora apresentada assenta na documentação produzida quer pelas chancelarias régias, quer pela chancelaria da Ordem Militar de Santiago e ainda em documentação produzida por instituições locais, designadamente por hospitais e confrarias – com destaque para o Hospital e Confraria de Nossa Senhora da Anunciada, instituição cujo compromisso data de 1330⁹ e que viria a ser incorporada na Misericórdia de Setúbal em 1566, na sequência dos conflitos que opuseram a recém-criada paróquia de Santa Maria da Anunciada à ancestral confraria¹⁰. Apesar de se ter procedido à integração dos seus bens na Misericórdia de Setúbal, foi redigido em 1767 um tombo, no qual se trasladou a documentação da instituição relacionada com a administração das suas propriedades, abarcando estes registos um extenso período temporal situado entre 1321 e 1584¹¹. Ao perpetuar a memória da gestão patrimonial da instituição durante mais de dois séculos, este documento permite-nos apreender múltiplos aspectos relacionados com a administração local, em particular sobre as elites dirigentes, os respectivos interesses e inserção sócio-profissional, revelando-se, portanto, um documento fundamental para a história deste núcleo urbano e das suas elites.

2. O quadro económico

O dinamismo que caracterizou a vila de Setúbal no decurso da Baixa Idade Média deve atribuir-se ao desenvolvimento das actividades económicas relacionadas com a exploração dos recursos marinhos e ao consequente impacto na actividade e organização portuária. Assim, a exploração de sal, a captura e tratamento do pescado, o

⁹ Ana Filipa Sá e Serpa Gomes de Avellar, *Compromisso de Confraria de Setúbal (1330). Edição paleográfica*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996, pp. 3-4.

¹⁰ Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal, ed. Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990, pp. 26-29.

¹¹ Arquivo Distrital de Setúbal (doravante ADS), *Confraria de Nossa Senhora da Anunciada* (doravante CNSA) /B/004/Lv1.

comércio marítimo, a construção e reparação de embarcações e o fornecimento dos respectivos apetrechos e aprovisionamento condicionaram a evolução económica e a organização sócio-política desta vila portuária.

Desde cedo, o sal assumiu-se como uma das principais produções desta comunidade medieval. De facto, a actividade salineira encontrava no estuário do Sado condições naturais muito favoráveis ao seu desenvolvimento e a disponibilidade deste produto revestia-se de grande importância num centro piscatório com a importância do de Setúbal¹². Notabilizava a região no contexto da costa portuguesa, apesar de se poder considerar que foi já em tempos modernos que a urbe passou a protagonizar de forma evidente a produção e exportação de sal português¹³. Na realidade, em 1532, a zona situada a montante de Setúbal constituía já o maior conjunto salineiro do País¹⁴.

As marinhas faziam parte da paisagem peri-urbana da vila sadina, noticiando-se a sua presença desde 1322¹⁵, como pertença da Ordem Militar de Santiago, junto ao arrabalde de Troino, bem como no arrabalde de Palhais¹⁶. Contudo, a pouco e pouco, as marinhas mais próximas da vila foram abandonadas e os terrenos que outrora produziam sal deram lugar à edificação de novas habitações, permitindo a expansão urbana para a periferia exterior da zona amuralhada. Em contrapartida, parece ter-se intensificado o aproveitamento de terrenos de sapal através da instalação ou revitalização de marinhas nas margens do tramo do Sado, localizadas entre Setúbal e Alcácer do Sal, onde se viriam a formar diversas marinhas ao longo dos séculos XV e XVI, que, em certos casos, recuperavam as estruturas de antigas salinas¹⁷, embora mais frequentemente constituíssem novas ocupações¹⁸.

Se, num primeiro momento, apenas encontramos referências às salinas da Ordem Militar de Santiago, era, no entanto, evidente, no século XV, sobretudo no último quartel dessa centúria, o investimento de uma oligarquia local na construção e

¹² Actividade de que se encontram reflexos vários no espaço urbano: cf. Amélia Aguiar Andrade e Ana Cláudia Silveira, *op. cit.*, pp. 161-165.

¹³ Virgínia Rau, “As Marinhas de Setúbal e de Alcácer do Sal” in *Estudos sobre a História do Sal Português*, Lisboa, Presença, 1984, pp. 66-88.

¹⁴ João Cordeiro Pereira, “Organização e administração alfandegária de Portugal no século XVI (1521-1557)” in *Portugal na Era de Quinhentos. Estudos vários, Cascais, Patrimonia Histórica, 2003*, p. 86.

¹⁵ ADS, CNSA/B/004/Lv1, Parte II, fls. 14-14v; fls. 70v-71.

¹⁶ IAN/TT, *Santa Maria da Vitória*, Maço 2, fls. 19v-21.

¹⁷ Em Setúbal, encontramos referências a marinhas velhas e danificadas cuja recuperação mereceu o interesse de alguns investidores: ADS, *Santa Casa da Misericórdia de Setúbal (doravante SCMSTB)/E/003/001/Lv1*, fls. 189-203v.

¹⁸ No período que decorre até 1522, o número de marinhas é crescente, elevando-se até atingir pelo menos as 40 unidades, com dimensões variáveis entre os 27 e os 212 talhos. Este dinamismo foi já notado

recuperação de salinas e na produção de sal, de que a milícia beneficiava também por meio da recepção do dízimo da produção e dos tributos que incidiriam posteriormente sobre as transacções do produto¹⁹.

Actividade importante seria também a vitivinícola. À semelhança do que sucedia noutros núcleos urbanos do Portugal medievo, a maior parte do espaço destinado a cultivos encontrava-se ocupado com vinhas, pomares e olivais, assumindo a vinha, aqui como noutros locais²⁰, um carácter preponderante, sendo maciçamente cultivada no aro citadino e constituindo, conseqüentemente, a marca dominante na paisagem.

A popularidade que o consumo de vinho atingiu no decurso da Idade Média pode contribuir para explicar o aumento da sua procura em meios urbanos, sobretudo quando se aliava a facilidade de escoamento à existência de condições propícias à sua produção, como era o caso, encontrando-se documentado o cultivo da vinha em torno de Setúbal logo nos séculos XII e XIII²¹. O aumento da procura de vinho no espaço citadino²², reflexo da sua importância na dieta alimentar do homem medieval²³, constituía um indicador da dimensão espacial da urbe, a qual podia ser avaliada pela vastidão dos vinhedos que a envolviam, cujo cultivo estava por sua vez garantido pela disponibilidade de mão-de-obra assegurada por um núcleo urbano próspero. Assim, o cultivo da vinha encontrava-se geralmente em conexão com a existência de núcleos urbanos importantes, quer pela existência de um mercado consumidor alargado, que numa cidade portuária aumentava exponencialmente graças à necessidade de prover o aprovisionamento dos que a demandavam e dos que dela partiam, quer pelo facto de se

igualmente noutra povoação próxima, Alcácer do Sal, também ela incluída nos domínios da Ordem Militar de Santiago: vd. Maria Teresa Lopes Pereira, *op. cit.*, pp. 133-140.

¹⁹ IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, Livro 10, fl. 136v.

²⁰ Amélia Aguiar Andrade, *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 83; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das albergarias de Évora no final da Idade Média*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990, pp. 57-59; Ana Maria Rodrigues, *Torres Vedras. A Vila e o Termo nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, p. 193; Manuel Silveiro Alves Conde, *Uma Paisagem Humanizada: o Médio Tejo nos finais da Idade Média*, Cascais, Patrimónia Histórica, 2000, pp. 213-215; Manuela Santos Silva e João Pedro Cunha Ribeiro, “Aglomerados populacionais na paisagem rural: aldeias da Estremadura litoral (séculos XII a XVI)” in *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Primeiras Jornadas*, coord. por Iria Gonçalves, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005, p. 157.

²¹ Cf. Ana Cláudia Silveira, “O espaço peri-urbano de Setúbal na Baixa Idade Média: produções e estruturas produtivas” in *La Ciudad Medieval y su influencia territorial / Nájera, Encuentros Internacionales del Medievo, Nájera, 26-29 de julio 2006*, Beatriz Arízaga Bolumburu e Jesus Solórzano Telechea (Ed.), Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, pp. 161-180.

²² Bernardo Vasconcelos e Sousa, *op. cit.* p. 59.

tratar de uma cultura que exigia uma atenção contínua ao longo do ano²⁴. Locais houve em que o incremento da viticultura parece ter sido orientado para o comércio de longa distância²⁵. As disponibilidades propiciadas pelo transporte fluvial e marítimo revelaram-se determinantes para o progresso vitivinícola alcançado por algumas regiões, das quais Setúbal constitui um exemplo. De facto, a produção vinícola marcou desde cedo a economia portuguesa, sendo o vinho uma das principais exportações no decurso da Idade Média²⁶.

Igualmente importantes no abastecimento da urbe e na satisfação das necessidades decorrentes do abastecimento da marinha mercante, os moinhos constituíam uma estrutura fundamental de qualquer núcleo urbano. Nalgumas regiões europeias, entre as quais a costa atlântica portuguesa, a edificação de estruturas moageiras accionadas pela maré constituiu uma importante inovação técnica, garantindo que a moagem de cereais se processasse com regularidade, sem depender da intensidade do vento ou dos caudais dos cursos de água.

Existindo evidências relativamente à construção de moinhos de maré na Europa pelo menos desde o século VII, tendo sido identificadas na Irlanda do Norte as estruturas mais antigas de que se tem conhecimento²⁷, sabemos que no território português se implantaram pelo menos desde o século XIII, designadamente no estuário do Tejo, que constituiu uma das regiões europeias onde a concentração de estruturas moageiras movidas pela maré foi mais evidente, sendo possível aí assinalar 42 construções edificadas entre o século XIII e o século XVIII²⁸. Ainda que em menor escala do que a que encontramos em torno de Lisboa, outros locais da costa portuguesa se viriam a revelar propícios à instalação deste tipo de engenhos, frequentemente

²³ Iria Gonçalves, “Acerca da alimentação medieval” in *Imagens do Mundo Medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p. 203.

²⁴ Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1989, p. 83.

²⁵ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, pp. 154-156.

²⁶ A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV de *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp. 165-168.

²⁷ Thomas McErlean, “A 7th century Tide Mill at Nendrum Abbey, County Down” in *Proceedings of ‘Open to Tide Mills’*, London, The River Lea Tidal Mill Trust, 1999; Thomas McErlean, *Strangford Lough – an archaeological survey of the maritime cultural landscape*, Belfast, Blackstaff Press, 2002.

²⁸ “New contributions to the study of tide mills of the Tagus Estuary: the case of Seixal” in *11th International Symposium of The International Molinological Society. Transactions – Portugal, 25th September-2nd October 2004*, ed. por Jorge Augusto Miranda e Michael Harverson, Belas, Etnoideia, 2007, pp. 153-162.

associados a localidades com algum dinamismo portuário como é o caso de Aveiro²⁹, de Lavos, no estuário do rio Mondego³⁰, de Setúbal, do estuário do rio Mira³¹ e também de diversas vilas no litoral algarvio³².

A análise de um interessante conjunto de cartas de sesmaria e de aforamento produzidas entre a segunda metade do século XV e meados da centúria seguinte pela Ordem Militar de Santiago e, em menor escala, pelas comendadeiras de Santos – convento feminino desde finais da década de sessenta do século XIII, que se regia pela Regra da Ordem de Santiago³³ -, permite constatar o empenho dos governadores da milícia – e por vezes dos próprios comendadores – na promoção do aproveitamento de recursos nas terras que lhes estavam confiadas, dinâmica que, no que respeita à edificação de moinhos de maré, não se restringiu ao estuário do Tejo, abrangendo igualmente diversas localidades do litoral sul do País integradas no senhorio da milícia espatária, desde que apresentassem as condições necessárias ao seu funcionamento. Assim, além da área em torno da cidade de Lisboa, a documentação proveniente do cartório do Convento de Palmela, onde se veio a estabelecer a sede da milícia, permite identificar e frequentemente datar a edificação de estruturas moageiras accionadas pela maré, ou com o seu contributo, também no estuário do Sado³⁴.

²⁹ Está documentado desde 1406 o projecto de construção de um moinho de maré no esteiro principal da vila de Aveiro: IAN/TT, *Chancelaria de D. João I*, Livro 3, fls. 52v-53, o qual se veio a concretizar, encontrando-se referências a este edifício em 1449: Maria João Violante Branco Marques da Silva, *Aveiro Medieval*, 2ª ed., Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1997, p. 111.

³⁰ António Nabais, *História do Concelho do Seixal. Património Industrial – Moinhos de maré*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 1986, p. 20.

³¹ Em cujos esteiros já se encontravam edificados moinhos no início do século XVI: cf. IAN/TT, *Leitura Nova, Odiana*, Livro 1, fls. 298v-299v. Sobre este espaço geográfico, conferir o trabalho de António Martins Quaresma, *Rio Mira – Moinhos de Maré*, Aljezur, Suledita, 2000.

³² Teresa Rebelo da Silva, “Azenhas e Moinhos no Algarve. Segunda metade do século XIII e século XIV” in *Arqueologia Medieval*, nº 6, Porto, Edições Afrontamento, 1999, pp. 213-223; Luís Rosa Santos, *Os moinhos de maré da Ria Formosa*, Parque Natural da Ria Formosa, 1992; Joaquim Romero Magalhães, *Para o estudo do Algarve económico no século XVI*, Lisboa, Edições Cosmos, 1970, p. 59-62.

³³ De facto, a Regra de Santiago permitia a profissão de casais e de mulheres nos seus conventos. O Mosteiro de Santos foi fundado em Lisboa pela Ordem Militar de Santiago numa propriedade doada por D. Sancho I à milícia espatária, acolhendo, entre 1233 e os finais da década de sessenta do século XIII, uma comunidade dúplice. Nesta última data, autonomizou-se um convento feminino, que, regendo-se pela mesma Regra, passou a administrar com relativa autonomia um conjunto de bens e de rendimentos que garantiam a sua subsistência. Para informações mais detalhadas sobre o percurso institucional do Mosteiro de Santos, conferir Luís Filipe Oliveira, “Convento de Santos” in *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento – Guia histórico*, dir. por Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 484-485.

³⁴ IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Livro 54, fls. 540-542, documento transcrito por Fernando Castelo-Branco em “Os moinhos na economia portuguesa” in

3. Estratégias de investimento

A documentação compulsada parece sugerir, no caso de Setúbal, um particular interesse na promoção da cultura da vinha, transversal a uma grande diversidade de proprietários de distintos grupos sociais, o que não é detectado relativamente a outras produções agrícolas. Assim, entre os principais proprietários de vinhas do concelho, encontramos, além de pequenos produtores da urbe e da própria Ordem Militar de Santiago, instituições locais de assistência como o Hospital e Confraria da Anunciada, ou monásticas, casos do Mosteiro da Piedade de Azeitão, bem como importantes instituições implantadas em Lisboa, como o Mosteiro de São Domingos e, em menor escala, os mosteiros de São Vicente de Fora ou de Santa Maria de Chelas. Com frequência, este género de instituições geria patrimónios que, na sua origem, eram leigos e cuja integração em instituições assistenciais ou monásticas resultava da concretização de legados pios.

Paralelamente, o interesse na produção e comércio de sal evidenciou-se, sendo comum a diversos grupos sociais, conforme tem sido constatado noutras regiões³⁵. Em Setúbal, além dos interesses da própria Ordem Militar de Santiago a que já nos referimos, encontramos grande parte das salinas integradas no património de instituições de assistência, casos do Hospital de João Palmeiro e da Confraria e Hospital de Nossa Senhora da Anunciada. Entre os locatários, é possível ainda encontrar alguns mercadores, como é o caso de Álvaro Dias³⁶ e de Afonso Galego³⁷, e também vários

Revista Portuguesa de História, vol. VIII, 1959, p. 36, autor que referencia este moinho noutra estudo: “Moinhos de Maré em Portugal” in *Panorama*, IV Série, nº 14, 1965, p. 52.

³⁵ Jean-Claude Hocquet assinala, por exemplo, em várias regiões da Europa, a ligação à produção ou ao comércio do sal por parte, quer do próprio rei, como de importantes mosteiros, e ainda dos homens de negócio e de famílias nobres, algumas das quais da aristocracia tradicional: cf. *Le Sel et le Pouvoir. De l'An Mil à la Révolution Française*, Paris, Éditions Albin Michel, 1985, pp. 59, 112-120 e 126-129. Para Portugal, esta confluência de interesses está igualmente patente no Baixo Mondego (Maria Helena da Cruz Coelho, *Op. cit.*, pp. 256-257), em Esgueira (Maria João Violante Branco Marques da Silva, *Esgueira. A vida de uma aldeia no século XV*, Redondo, Patrimónia, 1994, p. 127), em Aveiro (Maria João Violante Branco Marques da Silva, *Aveiro Medieval*, 1ª ed., Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1991, p. 100) ou em Alcácer do Sal (Maria Teresa Lopes Pereira, *op. cit.*, p. 139).

³⁶ ADS, CNSA/B/004/Lv1, Parte II, fls. 14-14v.

³⁷ IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, Liv. 1, fl. 123v.

escudeiros da Casa dos governadores da milícia³⁸ ou oficiais da Ordem Militar de Santiago³⁹, assim como escudeiros e cavaleiros da Casa Real⁴⁰.

No que diz respeito à exploração de marinhas e à edificação de moinhos de maré, a complexidade inerente a empreendimentos deste tipo faz supor a disponibilidade de avultados capitais, o que explica o facto de encontrarmos sistematicamente a elas ligadas importantes figuras da sociedade coeva. De facto, já para o estuário do Tejo, foi possível identificar entre os responsáveis pela construção de moinhos de maré entre os séculos XIII e XVI personagens que se distinguiram no desempenho de cargos de relevo no serviço régio, algumas das quais oriundas da nobreza e de importantes casas senhoriais, de que encontramos múltiplos exemplos⁴¹. A documentação produzida a partir de meados do século XV pela chancelaria da Ordem Militar de Santiago⁴² permite constatar, paralelamente, uma outra realidade: muitos dos promotores dos empreendimentos concretizados no salgado do Sado, à semelhança do que sucedeu no estuário do Tejo e nos demais domínios da instituição, eram cavaleiros da milícia espatária, alguns deles figuras destacadas da ordem, nomeadamente comendadores e membros da casa do Mestre D. Jorge de Lencastre.

Deste modo, depois de uma referência em 1502, a uma carta de sesmaria passada por Luís de Barros, escudeiro da Casa do Mestre de Santiago, almoxarife das rendas e direitos da Ordem de Santiago na vila de Setúbal e seu termo concedendo autorização a um casal de moradores na vila de Setúbal e a seus herdeiros para edificar um moinho de maré num esteiro existente na lagoa de Tróia⁴³, iremos encontrar, em 1518, Nuno Fernandes da Mina, filho do mercador de Lisboa Fernão Gomes da Mina, fidalgo da Casa do Mestre e seu Vedor⁴⁴, a solicitar uma carta de sesmaria de uma praia no termo de Alcácer, no porto da Areia até ao esteiro da Telha, para construir moinhos, os quais

³⁸ ADS, CNSA/B/004/Lv1, Parte I, fls. 26-27.

³⁹ Idem, *ibidem*, fls. 20-20v.

⁴⁰ IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Livro 18, fl. 115v.

⁴¹ Cf. Ana Cláudia Silveira, “Novos contributos para o estudo dos moinhos de maré no Estuário do Tejo: empreendimentos e protagonistas (séculos XIII-XVI)”, a editar no Livro de Homenagem à Professora Iria Gonçalves, que se encontra em preparação.

⁴² Só se conhecem livros de chancelaria da Ordem Militar de Santiago produzidos a partir de 1477, embora por vezes surjam neles transcritos diplomas de época anterior.

⁴³ IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Livro 54, fls. 540-542, documento transcrito por Fernando Castelo-Branco em “Os moinhos na economia portuguesa” in *Revista Portuguesa de História*, vol. VIII, 1959, p. 36.

⁴⁴ IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Livro 11, fls. 25-27v. Em 1532, é ainda referenciado como comendador de Panóias: Idem, *ibidem*, Livro 19, fls. 86v-88v. Sobre esta figura, cf. Maria Cristina Gomes Pimenta, *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O Governo de D. Jorge*, Palmela, Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago / Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 546-547.

todavia ainda não tinham sido edificadas em 1526⁴⁵. Em 1529, Pero Coelho, secretário do mestre D. Jorge de Lencastre⁴⁶, esteve igualmente ligado a empreendimentos deste tipo no estuário do Sado, tendo obtido autorização da milícia para edificar um moinho num esteiro em Motrena, no termo de Setúbal⁴⁷. Nesta data, encontravam-se já edificadas nas proximidades as moendas de Pero de Gouveia⁴⁸. Em 1535, nos Farilhões, ainda no termo de Setúbal, é Fernão de Miranda quem surge associado ao moinho de maré aí edificado⁴⁹. No ano seguinte, o Mestre D. Jorge de Lencastre concedeu uma carta de aforamento a pedido do doutor João Rodrigues de Lucena, seu físico e cavaleiro da Ordem de Santiago⁵⁰, de uma água doce no vale da ponte de Aljezur que estava no termo da vila de Setúbal, junto a Rio Frio, local onde existia um esteiro de água salgada, para fazer moinhos⁵¹. Ainda em 1541, encontramos Tristão Delgado, cavaleiro da Casa do Mestre D. Jorge⁵², associado ao moinho de maré de Tróia, junto a Setúbal⁵³.

A produção de sal em Setúbal, no decurso da cronologia que nos ocupa, embora constitua um interesse transversal a vários sectores da sociedade, permanece de igual forma associada a uma elite. Assim, se no início do século XIV encontramos referências a marinhas pertencentes à Ordem Militar de Santiago localizadas na área peri-urbana de Setúbal⁵⁴ e constatamos a sua presença entre o património de certas fundações pias, casos da capela instituída por Lourenço Dinis em 1348 em Azeitão⁵⁵, ou do hospital

⁴⁵ IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Livro 42, fls. 267-268.

⁴⁶ Sobre Pero Coelho, vd. Maria Cristina Gomes Pimenta, *op. cit.*, p. 553.

⁴⁷ IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Livro 42, fls. 182v-183 e Livro 43, fls. 156-157v.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, Livro 54, fls. 399v-402v. Pero de Gouveia era, em 1508, escrivão da cozinha do Mestre D. Jorge (Idem, *ibidem*, Livro 233, s/ n), desempenhando em 1542 o ofício de contador da Casa do Mestre: Idem, *ibidem*, Livro 19, fls. 174-174v. Para outras informações sobre esta figura, que foi ainda camareiro e guarda-roupa de D. Jorge de Lencastre, cavaleiro da Ordem Militar de Avis e comendador da Figueira e das Galveias, cf. Maria Cristina Gomes Pimenta, *op. cit.*, p. 564.

⁴⁹ IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Livro 42, fls. 401-402. Fernão de Miranda é assinalado em 1501 como fidalgo da Casa do Mestre e cavaleiro da Ordem de Santiago: Idem, *ibidem*, Livro 5, fls. 33v-34. Cf. Maria Cristina Gomes Pimenta, *op. cit.*, p. 406.

⁵⁰ IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Livro 36, fls. 138-139v. Cf. Maria Cristina Gomes Pimenta, *op. cit.*, p. 497.

⁵¹ IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Livro 42, fls. 404-405.

⁵² Em 1544, é referido como escudeiro da Casa do Mestre, sendo então nomeado inquiridor da vila de Setúbal e seu termo (Idem, *ibidem*, Livro 21, fls. 164v-165v), ofício ao qual renunciou em Outubro de 1546: cf. Idem, *ibidem*, Livro 23, fls. 119v-120.

⁵³ Fernando Castelo-Branco em “Os moinhos na economia portuguesa” in *Revista Portuguesa de História*, vol. VIII, 1959, pp. 36-37.

⁵⁴ ADS, *CNSA/B/004/Lv1*, Parte II, fls. 14-14v; fls. 70v-71.

⁵⁵ IAN/TT, *Convento de Santa Maria da Piedade de Azeitão*, Livro 18, fls. 8-9v e 12v-13v.

fundado em Setúbal por João Palmeiro⁵⁶, a partir da administração da Ordem de Santiago pelo Infante D. João, filho de D. João I (1385-1433), a qual se iniciou em 1418, encontramos notícias relativas à exploração destes bens por homens que se destacam a nível local pelo exercício de ofícios relacionados com a administração concelhia, com a administração fiscal, com a organização militar ou com a jurisdição dos Espatários. Excepcionais são, portanto, as referências a um mercador que foi simultaneamente produtor, Álvaro Dias - que, em 1449, adquiriu uma marinha no termo da vila⁵⁷ - ou a um proprietário de lojas de salgar pescado, Martim Neto, as quais são referenciadas em 1472, situando-se junto aos Paços da Ordem⁵⁸.

Entre os produtores de sal existentes em Setúbal no século XV, iremos, pois, encontrar Vasco Peres, identificado como coudel em 1402⁵⁹, o qual possuía uma marinha nos Farilhões, referenciada em 1439⁶⁰. Em 1457, encontra-se a alusão a uma marinha de Gonçalo Pires de Andrade, escudeiro da Casa do Infante D. Fernando, então administrador do Mestrado de Santiago⁶¹. Uma década depois, em 1468, surgem referências a diversas marinhas exploradas por João Pires, então almoxarife do Infante D. Fernando em Setúbal, uma das quais trazia de emprazamento à Confraria de Nossa Senhora da Anunciada na condição de a recuperar⁶². No último quartel do século XV, no decurso da administração do Mestrado de Santiago pelo príncipe herdeiro D. João, futuro rei D. João II, constata-se ainda a atribuição de cartas de sesmaria autorizando a construção de novas salinas, as quais normalmente se situam nas imediações de estruturas do mesmo tipo já existentes. Surgem entre os investidores deste período figuras como Diogo Dias⁶³, o qual viria a ser escrivão da alfândega em 1490⁶⁴, João da Costa, que foi criado do Infante D. Fernando⁶⁵ ou Álvaro Esteves⁶⁶, referenciado em 1512 como porteiro dos contos do Mestrado de Santiago em Setúbal⁶⁷.

⁵⁶ Desconhece-se a data de fundação, mas sabe-se que em 1501 era administrado por Gonçalo Queimado, vindo posteriormente a ser anexado à Confraria de Santo Espírito de Setúbal: cf. IAN/TT, *Tombo Segundo das Capelas da Coroa*, fls. 191v-194v.

⁵⁷ ADS, CNSA/B/004/Lv1, Parte I, fls. 21v-23.

⁵⁸ IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, maço 3, doc. 190.

⁵⁹ ADS, CNSA/B/004/Lv1, Parte II, fls. 46-46v.

⁶⁰ IAN/TT, *Convento de Santa Maria da Piedade de Azeitão*, Livro 18, fls. 12v-13v.

⁶¹ ADS, CNSA/B/004/Lv1, Parte I, fls. 26-27.

⁶² Idem, *ibidem*, Parte I, fls. 20-20v.

⁶³ IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Livro 20, fl. 104.

⁶⁴ Idem, *ibidem*, Livro 13, fls. 72-73v.

⁶⁵ Em 1483, foi identificado como criado do Infante D. Fernando e recebeu autorização para enviar uma caravela à pescaria do Rio do Ouro: *Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, coord. por Maria Luísa Oliveira Esteves, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical / Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993, p. 314. Possuiu uma marinha que depois vendeu a João Tates: ADS, CNSA/B/004/Lv1, Parte II, fls. 138v- 139v; fls. 183v-185.

No decurso da primeira metade do século XVI, a produção de sal continuaria a atrair os investimentos de figuras proeminentes, casos de Persival Machado, cavaleiro da Casa Real e aposentador de D. Manuel I, que, em 1521, tem necessidade de fretar de 4 ou 5 barcas para carregar o seu sal⁶⁸, ou de Fernão de Reboredo, cavaleiro da Ordem de Santiago⁶⁹, de Estêvão de Lis, escudeiro da Casa Real, de Diogo da Frota, de Bento Gonçalves, de Fernão Velho, cavaleiro da Ordem de Santiago e almoxarife da Ordem em Setúbal pelo menos entre 1510 e 1513⁷⁰, de Diogo Aires, do tabelião Gaspar Fernandes⁷¹, de Fernão Rodrigues⁷², de João Vaz Castelo⁷³, do licenciado Lourenço Rodrigues⁷⁴, de João Tates, escudeiro da Casa Real⁷⁵ e dos já referidos Pero Coelho⁷⁶ e doutor João Rodrigues de Lucena⁷⁷, ambos empenhados igualmente na edificação de engenhos de moagem.

Os interesses económicos destes indivíduos, alguns deles proprietários ou locatários de imóveis no interior do perímetro amuralhado ou nos seus arrabaldes, diversificavam-se e estendiam-se também pelo espaço peri-urbano, que, em Setúbal, encontrava um forte atractivo na exploração do salgado. Seguiam a tendência generalizada das elites urbanas medievais de explorar, ainda que por vezes indirectamente, bens fundiários no termo da urbe.

⁶⁶ Em 1485, era proprietário de uma marinha nos Farilhões: IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Livro 20, fl. 108.

⁶⁷ Idem, *ibidem*, maço 50, s/ n.º. Cf. Maria Cristina Gomes Pimenta, *op. cit.*, p. 318.

⁶⁸ IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Livro 18, fl. 115v.

⁶⁹ Trata-se de uma das figuras mais interessantes dada a ascensão social que nos é possível observar. Em Fevereiro de 1520, Fernão de Reboredo, cavaleiro da Casa Real, foi nomeado pelo Mestre D. Jorge como escrivão da aposentadoria de Setúbal e dos lugares onde se paga essa imposição, atribuindo-lhe 12 000 R de rendimento anual: IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Livro 11, fls. 75-76v. Em 1525, foi-lhe passada uma carta de quitação pela chancelaria do Mestrado de Santiago, referente ao arrendamento que lhe foi feito das rendas da Ordem, o qual acabou no dia de S. João de 1524: Idem, *ibidem*, Livro 13, fls. 157v-159 e 171-172v. Em 1533, a 17 de Julho, sendo referido como cavaleiro da Ordem de Santiago, foi nomeado contador do Mestrado de Santiago, substituindo João Godinho, que falecera, sendo-lhe atribuído o mantimento de 10 000 reais brancos: Idem, *ibidem*, Livro 15, fls. 276v-277. Para outros elementos, cf. Maria Cristina Gomes Pimenta, *op. cit.*, p. 406.

⁷⁰ ADS, *CNSA/B/004/Lv1*, Parte II, fls. 125v-127. Sobre esta personagem vd. Cf. Maria Cristina Gomes Pimenta, *op. cit.*, p. 406.

⁷¹ Pelo menos desde 1520, era um dos produtores de sal em Setúbal: ADS, *CNSA/B/004/Lv1*, Parte II, fls. 138v-139v; fls. 183v-185.

⁷² Em 1525, será referido como cavaleiro da Ordem de Santiago e meirinho da Casa do Mestre, possuindo uma marinha no termo de Setúbal: IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Livro 234, fls. 70-71.

⁷³ Em 1527, era proprietário de uma marinha: Idem, *ibidem*, Livro 42, fls. 172-172v.

⁷⁴ Em 1532, surge associado a uma marinha em Espim, no termo de Alcácer do Sal: Idem, *ibidem*, Livro 42, fls. 270-272v.

⁷⁵ Em 1533, hipotecou uma marinha à Confraria e Hospital da Anunciada: ADS, *CNSA/B/004/Lv1*, Parte II, fls. 138v-139v; fls. 183v-185.

⁷⁶ IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Livro 54, fls. 399v-402v.

⁷⁷ Idem, *ibidem*, Livro 42, fls. 404-405.

A participação acentuada da nobreza e, em particular, de cavaleiros ligados às ordens militares neste tipo de empreendimentos parece evidenciar ainda uma estratégia de participação activa por parte deste grupo social nas oportunidades que emergiam, quer fossem de âmbito comercial, quer se inscrevessem no âmbito da logística inerente à organização das expedições marítimas, militares e comerciais resultantes dos projectos expansionistas liderados pela Coroa⁷⁸. Na margem sul do estuário do Tejo, pelo menos desde o tempo em que o príncipe herdeiro D. João, futuro rei D. João II, assumiu a administração do mestrado, no último quartel do século XV, e até à sua administração pela Coroa, no reinado de D. Sebastião, a Ordem Militar de Santiago promoveu uma estratégia de gestão territorial marcada pelo incentivo ao aproveitamento dos recursos existentes, particularmente notória no que diz respeito à edificação de diversos moinhos de maré que funcionavam em articulação com os estabelecimentos de Vale de Zebro, que se encontravam sob administração régia, nos quais se produzia o biscoito destinado a assegurar o abastecimento das armadas e das praças portuguesas no Norte de África. Parece evidenciar-se, portanto, uma articulação entre os interesses da milícia e os empreendimentos régios ultramarinos, capitalizando a Ordem Militar de Santiago, em seu benefício, a recepção de rendimentos inerentes à cobrança de dízimos, foros e conhecenças que incidiam sobre a respectiva produção. Como noutros aspectos, a convergência entre os interesses régios e os da milícia espatária parece ter-se acentuado ao longo dos séculos XV e XVI, com a sucessiva entrega da administração da Ordem Militar de Santiago a membros da própria Família Real, que se inicia em 1418, com a atribuição do Mestrado de Santiago ao infante D. João, filho de D. João I e irmão de Henrique, o Navegador, que por sua vez era administrador da Ordem Militar de Cristo. Ao infante D. João, veio a suceder na administração da milícia espatária o infante D. Fernando, irmão do rei D. Afonso V e herdeiro do infante D. Henrique. Após a morte do infante D. Fernando e de seu filho D. Diogo, será o príncipe herdeiro D. João a assumir a administração da Ordem Militar de Santiago, tendo casado com Leonor, filha do seu antecessor no cargo. Depois de subir ao trono, viria a suceder-lhe no governo da milícia D. Jorge de Lencastre, seu filho natural, cuja longa administração irá acompanhar os reinados de D. Manuel I e de D. João III. Com a morte de D. Jorge de Lencastre, ocorrida em 1550, o Mestrado de Santiago será finalmente incorporado na

⁷⁸ Sobre o papel desempenhado pela nobreza na Expansão, conferir o trabalho de João Paulo Oliveira e Costa “A Nobreza e a Expansão. Particularidades de um fenómeno social complexo” in *A Nobreza e a*

Coroa, seguindo um processo idêntico ao ocorrido em Castela, onde a Ordem Militar de Santiago se encontrava sob administração régia desde 1493, e já conhecido em Portugal no que respeita à Ordem Militar de Cristo, administrada desde 1523 pelo rei D. João III.

4. A articulação com a administração local

Se o investimento em propriedades rurais e, sobretudo, em estruturas mais complexas como o eram as marinhas e os moinhos de maré, exigia uma elevada disponibilidade financeira, também é certo que os proventos resultantes desses investimentos poderiam ser avultados, conferindo aos mais empreendedores um considerável desafoço económico e o inerente prestígio social e influência política. Nalguns casos, parece até que a influência política e a inserção no funcionalismo régio ou o desempenho de funções associadas à administração da Ordem Militar de Santiago facilitaram o investimento na edificação deste tipo de estruturas, que era antecedido pela concessão de uma carta de sesmaria emitida pela chancelaria da Ordem, depois de efectuada uma avaliação ao local que se pretendia intervencionar.

De uma forma ou doutra, constatamos que, entre a vintena de produtores de sal com interesses no salgado de Setúbal que tivemos a oportunidade de sumariar anteriormente, a totalidade dos homens envolvidos apresenta um denominador comum: eram quase todos confrades do Hospital e Confraria de Nossa Senhora da Anunciada e apesar de apenas Diogo da Frota não se encontrar mencionado como confrade, sabemos que era familiar próximo de outros confrades, e encontramos-lo referido enquanto testemunha nalguns diplomas da confraria⁷⁹. Alguns destes homens assumem, inclusivamente, e por diversas ocasiões, funções ao nível da administração da confraria, como sucede com o mercador Álvaro Dias, mordomo e procurador da instituição entre 1422 e 1423⁸⁰; com João Pires, almoxarife do Rei em Setúbal em 1454, encontrando-se então mencionado como juiz da confraria⁸¹, cargo que volta a desempenhar em 1469, sendo já almoxarife do Mestre de Santiago nessa vila⁸². Da mesma forma, Martim Neto, proprietário de lojas de salgar pescado na urbe, é por sua vez mencionado como juiz da

Expansão. Estudos biográficos, Cascais, Patrimónia Histórica, 2000, pp. 11-51, no qual se alerta para a “diversidade de funções e de tipos de intervenção que, na sua maior parte, continuam por estudar” (p. 19).

⁷⁹ ADS, *CNSA/B/004/Lv1*, Parte II, fls. 110-110v.

⁸⁰ Idem, *ibidem*, Parte II, fls. 135v-136v e 155v-156v.

⁸¹ Idem, *ibidem*, Parte II, fls. 1-2v.

confraria em 1465⁸³, em 1489⁸⁴ e em 1494⁸⁵ e como escrivão em 1467 e 1468⁸⁶, anos que por sua vez coincidem com o desempenho do cargo de juiz por parte do cavaleiro Gonçalo Pires de Andrade⁸⁷. Este volta a assumir a mesma função em 1472⁸⁸. Em 1489, é a vez de Diogo Dias assumir o cargo de escrivão⁸⁹, sendo nomeado mordomo no ano seguinte⁹⁰. Em 1504 e 1505, encontramos Estêvão de Lis, escudeiro e estribeiro del Rei, como um dos juizes da instituição⁹¹, sucedendo-lhe em 1507 Fernão Velho⁹², o qual se encontra documentado desde 1506 como cavaleiro da Ordem de Santiago, vindo a ser almoxarife da Ordem em Setúbal entre 1510 e 1513⁹³. A partir de 1511, sucedem-se as referências a Fernão de Reboredo, que está documentado como escrivão nesse ano⁹⁴ e em 1515⁹⁵, desempenhando o cargo de juiz em 1520⁹⁶ e em 1536⁹⁷, surgindo então mencionado como cavaleiro fidalgo. João Vaz Castelo, por sua vez, foi mordomo da instituição em 1522⁹⁸ e juiz entre 1531 e 1532⁹⁹, enquanto que João Tates assumiu a função de escrivão em 1525¹⁰⁰. Por último, em 1532 e 1533, alude-se ao licenciado Lourenço Rodrigues, cavaleiro da Casa Real, enquanto juiz¹⁰¹, cargo que voltaria a assumir em 1546¹⁰². Este último, por outro lado, foi também vereador nessa vila em 1542¹⁰³, seguindo percurso idêntico ao de muitos outros confrades do Hospital da Anunciada, que participaram no governo da vila como vereadores¹⁰⁴, como juizes

⁸² Idem, *ibidem*, Parte I, fls. 21v-22v.

⁸³ Idem, *ibidem*, Parte I, fls. 2v-3.

⁸⁴ Idem, *ibidem*, Parte I, fls. 54-55.

⁸⁵ Idem, *ibidem*, Parte I, fls. 24v-26.

⁸⁶ Idem, *ibidem*, Parte I, fls. 13-14.

⁸⁷ Idem, *ibidem*.

⁸⁸ Idem, *ibidem*, Parte I, fls. 21.

⁸⁹ Idem, *ibidem*, Parte I, fls. 55-55v.

⁹⁰ Idem, *ibidem*, Parte I, fls. 35v-36v.

⁹¹ Idem, *ibidem*, Parte II, fls. 17-19.

⁹² Idem, *ibidem*, Parte I, fls. 23v-24v.

⁹³ IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Livro 10, fls. 87-87v. Idem, *ibidem*, Livro 13, fls. 74 e 135-135v.

⁹⁴ ADS, *CNSA/B/004/Lv1*, Parte I, fl. 36v.

⁹⁵ Idem, *ibidem*, Parte II, fls. 130v-132.

⁹⁶ Idem, *ibidem*, Parte II, fls. 95-98.

⁹⁷ Idem, *ibidem*, Parte II, fls. 118v-119v.

⁹⁸ Idem, *ibidem*, Parte II, fls. 125v-127.

⁹⁹ Idem, *ibidem*, Parte II, fls. 176v-177, sendo aqui referido como escudeiro.

¹⁰⁰ Idem, *ibidem*, Parte II, fls. 105-108.

¹⁰¹ Idem, *ibidem*, Parte II, fls. 81-81v.

¹⁰² Idem, *ibidem*, Parte II, fls. 124-125v.

¹⁰³ IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela*, Livro 21, fls. 17v-20.

¹⁰⁴ Casos de Lourenço Martins Casado (1341), Martim Afonso Neto (1368), Pêro Esteves (1387), Estêvão Trigo (1394 e 1409), João Rodrigues Mouzinho (1466), Martim Vaz (1495), Gomes Eanes Monteiro (1496), Pedro Vaz Castelo (1505), Álvaro Galvão e Afonso Dias de Reboredo (1520), Diogo de Velosa (1523) ou Brás Cordeiro e Gonçalo Queimado (1534).

ordinários¹⁰⁵, ou ainda como procuradores do concelho, cabendo-lhes com frequência assumir a representação da vila de Setúbal em Cortes¹⁰⁶.

Os laços de solidariedade individuais ou institucionais parecem, pois, ter sido determinantes no acesso ao exercício de cargos públicos.

Constatamos deste modo que em Setúbal, à semelhança do que sucedeu noutros núcleos urbanos na transição do século XV para o XVI, os processos de promoção económica e social das elites municipais beneficiaram da sua ligação ao rei, à casa senhorial dos infantes ou do Mestre D. Jorge, ou da inserção na esfera da Ordem Militar de Santiago, assim como da inserção em instituições como confrarias, albergarias ou hospitais¹⁰⁷, verificando-se com frequência existir uma interacção entre estas diferentes esferas de poder, que se traduziria no desenvolvimento de fortes laços de solidariedade. Em determinadas conjunturas, é possível detectar a convergência de interesses entre determinados grupos de indivíduos ou entre diferentes instituições, assumindo-se a Confraria de Nossa Senhora da Anunciada como uma organização influente na vida urbana, intervindo de forma mais ou menos directa na tomada de decisões por parte das diferentes instituições que se articulam localmente¹⁰⁸.

Por outro lado, a experiência desenvolvida no âmbito da gestão de instituições assistenciais constituiu uma mais-valia para a assumpção de uma carreira na administração do concelho¹⁰⁹. De facto, para o exercício de determinados officios era frequente dar-se preferência a pessoas de reconhecida idoneidade e com experiência comprovada ao nível da gestão económica, encontrando-se igualmente facilitado aos

¹⁰⁵ Casos de Domingos Eanes (1368/1369), Martim Afonso Neto (1369), João Pires, almoxarife (1378), Aires Gomes (1383), Gomes Aires (1401), Gomes Lourenço (1407), Gomes Eanes de Montemaior (1412), Gomes Fernandes (1458), Diogo Pinto (1479), António Vasques da Frota (1476, 1479 e 1482), Martim Neto (1484), Fernando Afonso de Aguiar (1485 e 1489), Pedro Vaz Castelo (1504) ou Martim Vaz (1509).

¹⁰⁶ Como sucedeu com Afonso Casado e Aires Gomes nas Cortes de 1383, com Álvaro Gonçalves, procurador às Cortes de 1438, com Martim Vicente, procurador às Cortes de 1442, com Fernão Rodrigues, procurador às Cortes de 1481/82, ou com o cavaleiro Gonçalo de Freitas, procurador às Cortes de 1490.

¹⁰⁷ Cf. por exemplo, Maria Teresa Lopes Pereira, *Op. cit.*, pp. 178-180; Luís António Santos Nunes Mata, *Ser, Ter e Poder. O Hospital do Espírito Santo de Santarém nos Finais da Idade Média*, Marinha Grande, Edições Magno / Câmara Municipal de Santarém, 2000, p. 170.

¹⁰⁸ Esta influência das confrarias na vida urbana foi já posta em evidência no caso do País Basco por Ernesto García Fernández, “Las cofradías de mercaderes, mareantes y pescadores vascas en la Edad Media” in *Ciudades y Villas Portuarias del Atlántico en la Edad Media. Nájera. Encuentros Internacionales del Medievo (Nájera, 27-30 de Julio de 2004)*, ed. por Beatriz Arízaga Bolumburu e Jesús Ángel Solórzano Telechea, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2005, pp. 277-294.

¹⁰⁹ Maria Helena da Cruz Coelho, “As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedades na vida e na morte” in *Cofradías, gremios, solidariedades en la Europa Medieval. XIX Semana de Estudios Medievales. Estella '92*, Gobierno de Navarra – Departamento de Educación y Cultura, 1992, p. 161; Luís António Santos Nunes Mata, *Op. cit.*, p. 179.

indivíduos com o estatuto de vassalo régio o acesso aos principais cargos do poder municipal.

Paralelamente, a participação destes homens na gestão municipal sugere uma transmissão geracional de poderes, que parece assentar não só no reconhecimento de capacidades individuais a que a progressiva complexidade administrativa de um concelho como o de Setúbal apelava, mas que aponta também para a existência de um reconhecimento social que advinha do nome e do prestígio dos antecessores, reflectido na longevidade com que algumas famílias se mantêm associadas a cargos públicos, conforme já tem sido constatado noutros concelhos medievais¹¹⁰.

O desenvolvimento alcançado pela urbe sadina no ocaso da Idade Média, materializado através das importantes receitas fiscais obtidas quer pelos Espatários, quer pelo poder régio, parece ter correspondência no reconhecimento da sua importância estratégica, do seu prestígio e no da sua comunidade¹¹¹, sendo visível a ascensão social de diversos indivíduos, cujo percurso reflecte quer a respectiva origem familiar, quer o progresso económico alcançado, como ainda a ligação a determinadas casas senhoriais e instituições, entre as quais as do universo confraternal.

¹¹⁰ Como é o caso de Ponte de Lima: Amélia Aguiar Andrade, “Composição social e gestão municipal: o exemplo de Ponte de Lima na Baixa Idade Média” in *Ler História*, nº 10, 1987, pp. 3-13.

¹¹¹ Maria Isabel del Val Valdivieso, “Elites urbanas en la Castilla del siglo XV (Oligarquía y Común)” in *Elites e Redes Clientelares na Idade Média. Problemas metodológicos. Actas do Colóquio*, ed. por Filipe Themudo Barata, Lisboa, Edições Colibri e CIDEHUS, 2001, p. 72.